

(Transcrição)

Piacenza, 29 de janeiro de 1999

POR UMA ECONOMIA DE COMUNHÃO

Extraído da lição feita em 29 de janeiro de 1999 junto à Sede de Piacenza da Universidade Católica «Sacro Cuore», por ocasião da outorga do doutorado em honoris causa em economia.

É típica do nosso Movimento a "Economia de comunhão" na liberdade, uma experiência particular de Economia solidária. Ela é uma autêntica expressão da espiritualidade da unidade na vida econômica e pode ser compreendida completamente e na sua complexidade só se estiver inserida no contexto da visão que a nossa espiritualidade tem do homem e dos relacionamentos sociais.

Nasceu [...] no Brasil, em 1991.

O Movimento, presente nesse país desde 1958, difundiu-se em todos os seus Estados, atraindo pessoas de todas as categorias sociais.

Porém, fazia alguns anos que, apesar da comunhão de bens, eu estava percebendo que, devido ao crescimento do Movimento (no Brasil somos cerca de 250 mil pessoas), já não conseguíamos cobrir as necessidades mais urgentes de certos membros.

Pareceu-me, então, que Deus convidasse o nosso Movimento a tomar providências.

Embora eu não seja competente em problemas econômicos, pensei que era preciso criar empresas, a fim de que a capacitação e os recursos de todos confluem para a produção de riquezas em favor de quem se encontra em dificuldades. Elas seriam dirigidas por pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com eficiência e obter lucros, que livremente deveriam ser colocados em comum.

Em parte os lucros seriam destinados aos mesmos objetivos da primeira comunidade cristã: ajudar os pobres e dar-lhes um meio de subsistência enquanto não conseguem um trabalho. Outra parte seria para construir estruturas de formação de "homens novos" (como os define São Paulo), formados e animados pelo amor, idôneos em viver a "cultura da partilha". E uma terceira parte, é lógico, é novamente investida na empresa.

Desse modo, nas nossas cidadezinhas-testemunho (que são cerca de 20 no mundo) – que são um modelo de convivência com todas as expressões da vida moderna e por isso exigem também a presença de empresas junto das escolas de formação, das casas para as famílias, da igreja, do artesanato e das outras obras que nasceram para manter os seus habitantes –, nasceria também um verdadeiro pólo produtivo.

Essa idéia foi acolhida com entusiasmo não só no Brasil e na América Latina, mas também na Europa e em várias partes do mundo.

Muitas empresas nasceram e muitas já existentes aderiram ao projeto modificando o próprio estilo de gestão empresarial.

A este projeto já aderiram 654 empresas e 91 atividades produtivas menores. São empresas que atuam nos diversos setores econômicos, em mais de 30 países: 164 no comércio, 189 são indústrias e 301 prestam outros serviços.

A experiência da "Economia de comunhão", com as suas particularidades que derivam da espiritualidade da qual nasce, coloca-se ao lado de numerosas iniciativas individuais e coletivas que procuraram e procuram "humanizar a economia": iniciativas de muitos empresários e trabalhadores – em geral pouco conhecidos –, que concebem e vivem a própria atividade econômica como algo mais amplo e diferente da simples busca de uma vantagem material.

De fato, como em muitas outras realidades econômicas permeadas por motivações ideais, os que aderem ao projeto – empresários, dirigentes, trabalhadores ou outras figuras da empresa – empenham-se antes de mais nada colocar no centro da própria atenção, em todos os aspectos de suas atividades, as exigências e as aspirações da pessoa e as instâncias do bem comum. Em particular eles procuram:

1. instaurar relacionamentos de lealdade e de respeito, animados por um sincero espírito de serviço e de colaboração em relação aos clientes, aos fornecedores, à administração pública e até aos concorrentes;
2. valorizar os seus funcionários, informando-os e envolvendo-os de vários modos na gestão da empresa;
3. manter uma linha administrativa empresarial inspirada na cultura da legalidade;
4. reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito pela natureza, mesmo suportando investimentos de alto custo;
5. cooperar com outras realidades empresariais e sociais presentes no território, abertos também à comunidade internacional, com a qual se sentem solidários.

O projeto "Economia de comunhão" apresenta ainda outras características muito significativas para nós, porque mais diretamente ligadas à visão do mundo que nasce da nossa espiritualidade. Refiro algumas:

1. Os protagonistas das empresas da "Economia de comunhão" procuram seguir, embora nos moldes exigidos pelo contexto de uma empresa produtora, o mesmo estilo de comportamento que eles vivem em todos os âmbitos da vida. De fato, estamos convencidos de que é preciso imbuir dos valores nos quais se crê cada momento da vida social e, portanto, econômica, que assim se torna mais um espaço de crescimento humano e espiritual.
2. A "Economia de comunhão" propõe comportamentos inspirados na gratuidade, na solidariedade e na atenção para com os mais necessitados (comportamentos que normalmente são considerados típicos das organizações sem fins lucrativos) também a empresas às quais é conatural a busca do lucro. Portanto a "Economia de comunhão" não se apresenta como uma nova forma de empresa, alternativa às que já existem. Ela pretende sobretudo transformar a partir de dentro as estruturas empresariais tradicionais (podem ser sociedades anônimas, cooperativas, ou outras), direcionando todos os seus relacionamentos intra e extra-empresariais segundo um estilo de vida de comunhão. Tudo isso respeitando plenamente os valores autênticos da empresa e do mercado (evidenciados pela Doutrina Social da Igreja e, de modo especial, por João Paulo II na *Centesimus Annus*).
3. As pessoas que se encontram em dificuldades econômicas e que são os destinatários de uma parte dos lucros, não são considerados simples "assistidos" ou "beneficiários" da empresa. Ao contrário, eles são membros essenciais do projeto, no âmbito do qual oferecem aos outros as próprias necessidades. Também eles vivem a "cultura da partilha". De fato, muitos renunciam à ajuda que recebem, tão logo recuperam um mínimo de independência econômica; e muitas vezes partilham com outros o pouco que possuem. Tudo isso porque na "Economia de comunhão", que também ressalta a "cultura da partilha", não se dá muita ênfase à filantropia de alguns, mas à partilha, onde cada um dá e recebe, com a mesma dignidade, no âmbito de um relacionamento de substancial reciprocidade.
4. As empresas de "Economia de comunhão", além de se firmarem em um profundo entrosamento entre os dirigentes de cada uma delas, sentem-se parte integrante de uma realidade mais ampla. Os lucros são colocados em comum, porque já se vive uma experiência de comunhão.

Por este motivo as empresas – como já mencionei – desenvolvem-se no interior de pequenos (pelo menos por enquanto) "pólos industriais", situados perto das Mariápolis permanentes do Movimento ou, se geograficamente distantes, "coligam-se" idealmente a elas.

Muitos se perguntam como podem sobreviver no mercado empresas tão atentas às exigências de todos os interlocutores com os quais tratam e ao bem de toda a sociedade.

É claro que o espírito, que as anima, ajuda a superar muitos daqueles contrastes internos que obstaculizam e, em certos casos, paralisam todas as organizações humanas. Além disso, o seu modo de operar atrai a confiança e a benevolência de clientes, fornecedores ou financiadores.

Todavia, não podemos esquecer um outro elemento essencial: a Providência divina, que acompanhou passo a passo o desenvolvimento da "Economia de comunhão" durante estes anos. Nas empresas em que se aplica a "Economia de comunhão" se deixa espaço para a intervenção de Deus inclusive nas ações econômicas concretas. E se constata que, após cada decisão "contracorrente", que a usual praxe comercial desaconselharia, Deus nunca faz faltar o "cêntuplo" prometido por Jesus: um faturamento imprevisto, uma oportunidade inesperada, a oferta de uma nova colaboração, a idéia de um novo produto que faz sucesso no mercado...

Esta é, em linhas gerais, a "Economia de comunhão".

Quando a propus, eu decerto não pensava numa teoria. Todavia vejo que atraiu a atenção de economistas, sociólogos, filósofos e estudiosos de outras disciplinas, que encontram nesta nova experiência e nas idéias e categorias, nela subjacentes, motivos de interesse que ultrapassam o próprio do Movimento no qual se desenvolveu historicamente.

Em particular, na visão "trinitária" dos relacionamentos interpessoais e sociais, fundamento da "Economia de comunhão", há quem vislumbre uma nova chave de leitura que poderia enriquecer também a compreensão das interações econômicas e contribuir, portanto, para superar a visão individualista que prevalece hoje na ciência econômica.

(*NuUm*, 21 [1999/1], 121, pp. 7-18)